

XXVIII REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXVIII RAE

1. Dados da Reunião

Data	Hora início	Hora término	Local
29/04/2024	09:50	12:50	Auditório Desa. Olny Silva

2. Pauta

Item	Descrição
01	Abertura
02	Contextualização RAE
03	Leitura da ATA da RAE anterior
04	Indicadores Nacionais
05	Metas Nacionais
06	Indicadores Estratégicos
07	Resultado Semana da Estratégia 2024
08	Resumo Portfólio de Projetos Estratégicos
09	Encerramento Projeto Autuar para Avançar – CGJ
10	Encerramento Projeto Equaliza TJBA - CAPG
11	Proposta de Inclusão de Projeto Estratégico - “Eu Não Posso Esperar” - CCI
12	Proposta de Inclusão de Programa Estratégico - Ampliação de Nível dos Pontos de Inclusão Digital – PID – CAPG
13	Proposta de Inclusão de Projeto Ampliação dos acordos de cooperação técnica nas execuções fiscais - CAPG
14	Proposta de Inclusão de Projeto Boas-Vindas – Programa de formação Inicial para o servidor recém ingresso - UNICORP
15	Proposta de Inclusão de Projeto Laços Legais – CGJ
16	Proposta de Inclusão de Projeto Conecta Justiça – NCJ
17	Proposta de Inclusão de Projeto Comunicação 360º - SGP
18	Proposta de Inclusão do Plano de Obras – 2024/2026 – SEAD
19	Proposta de Inclusão de Programa de Prevenção de Riscos Ocupacionais – SEGESP
20	Proposta de Inclusão de Prosseguir - Programa de Preparação para Aposentadoria - SEGESP
21	Confirmação Calendário 2024
22	Agendamento da próxima RAE – Encerramento

3. Participantes

Comitê de Governança

Nº	Nome do membro do CGOV:	Unidade:	Assinatura:
01	Desa. Cynthia Maria Pina Resende	Presidência	
02	Des. João Bosco de Oliveira Seixas	1ª Vice-Presidência	
03	Des. José Alfredo Cerqueira da Silva	2ª Vice-Presidência	
04	Des. Roberto Maynard Frank	Corregedoria Geral da Justiça	
05	Desa. Pilar Célia Tobio de Claro	Corregedoria das Comarcas do Interior	
06	Des. Edmilson Jatahy Fonseca Júnior	Universidade Corporativa	
07	Des. Paulo Alberto Nunes Chenaud	Coordenação dos Juizados Especiais	
08	Desa. Maria de Lourdes Pinho Medauar	Coordenadoria de Apoio ao Primeiro Grau de Jurisdição - CAPG	
09	Juiz de Direito Gustavo Teles Veras Nunes	Assessoria Especial da Presidência I	
10	Juíza de Direito Rita de Cássia Ramos de Carvalho	Assessoria Especial da Presidência II	
11	Franco Bahia Karaoglan Mendes Borges Lima	Secretaria Geral da Presidência	
12	Pedro Lúcio Vivas	Secretaria de Planejamento e Orçamento	
13	Fabrcício Nascimento Ferreira	Secretaria de Administração	
14	Ricardo Neri Franco	Secretaria de Tecnologia da Informação e Modernização	

XXVIII REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXVIII RAE

15	Viviane da Anunciação Souza Oliveira	Secretaria de Gestão de Pessoas	
16	Dilcema Araújo Almeida	Secretaria Judiciária	
17	Maria Paula Dias Carvalho Blumetti Brito	Chefia de Gabinete da Presidência	
18	Fernanda Pinto Dantas Braga	Controladoria do Judiciário	

Convidados

19	Desa. Marielza Brandão Franco	Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - NUPEMEC	
20	Des. Geder Luiz Rocha Gomes	Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário - GMF	
21	Des. Emílio Salomão Pinto Resedá	Coordenadoria da Infância e Juventude - CIJ	
22	Desa. Lisbete Maria Teixeira Almeida César Santos	Núcleo de Cooperação Judiciária - NCJ	
23	Juiz de Direito Sadraque Oliveira Rios Tognin	Juiz Assessor da Presidência – Núcleo Auxiliar de Conciliação de Precatórios	
24	Juíza de Direito Júnia Araújo Ribeiro Dias	Corregedoria Geral da Justiça - CGJ	
25	Mônica Elizabeth Vieira Martins Garrido	Consultoria Jurídica da Presidência	
26	Thaís Fonseca Felippi Pimentel	Diretoria de Primeiro Grau	

XXVIII REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXVIII RAE

4. Abertura

O Presidente do TJBA agradeceu e cumprimentou a todos os presentes e declarou aberta a XXVIII Reunião de Análise da Estratégia.

5. Contextualização RAE

O Secretário de Planejamento e Orçamento, Pedro Vivas, apresentou a fundamentação e objetivos da realização das Reuniões de Análise da Estratégia no âmbito do Poder Judiciário, conforme segue:

RESOLUÇÃO CNJ Nº 325, DE 29 DE JUNHO DE 2020

“Art. 9º Os órgãos do Poder Judiciário realizarão Reuniões de Análise da Estratégia – RAE, pelo menos quadrimestralmente, para avaliação e acompanhamento dos resultados, buscando possíveis subsídios para o aprimoramento do desempenho institucional.”

RESOLUÇÃO TJBA Nº 03, DE 24 DE MARÇO DE 2021

“Art. 5º A execução da Estratégia Nacional do Poder Judiciário é de responsabilidade de Desembargadores, Juízes, Servidores e Colaboradores do Poder Judiciário do Estado da Bahia!”

“Art. 10. O Comitê de Governança do Poder Judiciário do Estado da Bahia realizará Reuniões de Análise da Estratégia – RAE, trimestralmente, ..., para avaliação e acompanhamento dos resultados, buscando possíveis subsídios para o aprimoramento do desempenho institucional.”

Participam da Reunião de Análise da Estratégia, os membros do Comitê de Governança do Poder Judiciário da Bahia (CGov) e é conduzida pelo seu Presidente. O CGov foi criado pela Resolução nº12, de 31 de agosto de 2016, tendo sua composição alterada pelo Decreto Judiciário nº 143, de 6 de fevereiro de 2024.

6. Leitura da ATA da RAE anterior

O Secretário Geral da Presidência, Franco Bahia, realizou a leitura do resumo da XXVII Reunião de Análise da Estratégia. Após a leitura e sem nenhuma consideração dos membros do CGov a ata foi aprovada.

7. Indicadores Nacionais

Pedro Vivas apresentou os indicadores e suas respectivas projeções para o final de 2024 da seguinte maneira:

Número de Casos Novos – crescimento de 7,85% - Passando de 1.660.265 em 2023 para 1.790.528;
Número de Processos Baixados – crescimento de 9,95% - Passando de 1.868.099 em 2023 para 2.054.628;
Número de Casos Pendentes – redução de 7,57% - Passando de 3.489.938 em 2023 para 3.225.838;
Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM) – crescimento de 10% - Passando de 2.711 em 2023 para 2.982;
Índice de Atendimento à Demanda (IAD) – crescimento de 2 pontos percentuais - Passando de 113% em 2023 para 115%;
Taxa de Congestionamento (TC) – redução de 4 pontos percentuais - Passando de 65,1% em 2023 para 61,1%.

Ao final, o Secretário comparou gráficos contendo a projeção de Casos Novos, Processos Baixados e Casos Pendentes, e outra com as informações de IPM, IAD e TC.

XXVIII REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXVIII RAE

8. Metas Nacionais

Sobre as Metas Nacionais, Pedro Vivas informou que foram aprovadas em dezembro de 2023 e o Glossário foi publicado em abril de 2024. Ainda há a necessidade de atualização do Portal pelo CNJ. A expectativa é de que na próxima RAE já possamos visualizar o cumprimento de acordo com as regras estabelecidas para 2024.

9. Indicadores Estratégicos

Os indicadores estratégicos refletem o percentual de objetivos estratégicos que foi atingido por macrodesafio. Foram informados os seguintes números pelo Secretário de Planejamento e Orçamento:

INDICADORES ESTRATÉGICOS MACRODESAFIOS	
M10 – APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS	87,5%
M9 – APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA	87,5%
M7 – PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE	80,0%
M2 – FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO INTERINSTITUCIONAL DO JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE	75,0%
M4 – ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO, À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AOS ILÍCITOS ELEITORAIS	75,0%
M3 – AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	60,0%
M1 – GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	50,0%
M11 – FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E DE PROTEÇÃO DE DADOS	50,0%
M12 – APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	50,0%
M5 – PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E ADOÇÃO DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA OS CONFLITOS	50,0%
M6 – CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE PRECEDENTES OBRIGATORIOS	50,0%
M8 – APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL	33,3%

10. Resultado Semana da Estratégia 2024

A fim de contextualizar o resultado obtido na Semana da Estratégia, Pedro Vivas mostrou a relação entre o Plano Estratégico 2021-2026, Macrodesafios, Objetivos e Indicadores Estratégicos, Iniciativas, Planos de Gestão e ações propostas.

O Secretário registrou a participação de 96 pessoas de 29 diferentes unidades, dentre magistrados e servidores da área administrativa. Foram avaliados 74 iniciativas e 145 processos de trabalho.

Os processos de trabalho foram colocados em um ranking de prioridade para que, dentro de uma seleção, sejam monitorados, em forma de operação assistida, pela Seplan.

As iniciativas foram priorizadas considerando complexidade e alinhamento, de acordo com os subitens:

XXVIII REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXVIII RAE



XXVIII REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXVIII RAE

Pedro Vivas explicou como foi feita a categorização das iniciativas. Enfatizou que esta atividade foi feita como meio de verificar o grau de atendimento das iniciativas nos eixos de alinhamento e complexidade e que aquelas que não foram categorizadas não estão impedidas de serem realizadas. As áreas devem realizar as iniciativas da forma como se propuseram em seus Planos de Gestão. Aquelas que foram filtradas pela metodologia apresentada são as que serão acompanhadas pelo Comitê de Governança, como estratégicas.

Iniciativa	Alinhamento	Complexidade	Pontuação	Valor	Ranking	Quadrante
01 - Implantar mecanismos inovativos para agilizar a prestação jurisdicional.	4.079	1.800	2.940	7.246	11	B
02 - Automatizar fluxos dos processos judiciais.	3.699	2.700	3.200	7.937	6	A
03 - Iniciar a implantação de Gestão de Custos e Resultados.	2.912	3.000	2.956	7.937	9	C
11 - Implantar a TV Justiça.	2.385	2.500	2.443	9.239	33	C
12 - Implantar nova solução para Sistema Administrativo.	2.814	2.600	2.707	8.333	20	C
15 - Projeto "Eu não posso esperar".	4.093	1.000	2.547	6.289	27	B
17 - Implantar a Gestão por Competências.	3.147	2.500	2.824	7.407	17	C
18 - Reestruturar e ampliar o programa de atenção integral à saúde, bem-estar e qualidade de vida no TJBA.	3.328	1.900	2.614	6.536	22	D
20 - Automatização de despachos / manifestações padronizadas.	4.031	2.700	3.366	6.410	1	A
21 - Desenvolver / melhorar eficiência de ferramentas de inteligência artificial que auxiliem na publicação de decisões.	4.025	2.700	3.363	6.667	2	A
23 - Laços Legais: Aperfeiçoando o atendimento nos Cartórios Integrados de Família e de Sucessões.	3.383	1.800	2.592	6.061	23	D
26 - Projeto "Conecta Justiça".	2.778	1.000	1.889	5.650	36	D
27 - Totens para serviços judiciários em locais de grande circulação de Salvador - "Judicial Express Salvador".	3.199	2.700	2.950	7.752	10	C
29 - Plano de Obras – 2024/2026.	3.051	1.800	2.426	7.092	34	D
30 - Aproximar a administração central do Tribunal das unidades administrativas da capital e do interior do Estado.	3.159	1.500	2.330	6.803	35	D
31 - Comunicação 360º no Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.	2.928	2.200	2.564	6.410	24	D
32 - IA para Prevenção na distribuição no 2º Grau.	3.882	2.700	3.291	5.747	3	A
40 - Programa de Prevenção de Riscos Ocupacionais.	3.196	1.900	2.548	8.772	26	D
43 - Nova Central de Cálculos.	3.012	2.100	2.556	8.333	25	D
47 - Programa de Bolsa de Estudos.	2.914	2.000	2.457	7.752	32	D
49 - Audiência Inteligente.	3.433	2.200	2.817	10.417	19	D
51 - Aplicação de IA no Robot HATA.	3.715	1.300	2.508	8.130	30	B
52 - Uso de IA para resumir petições.	3.655	2.100	2.878	8.130	13	B
53 - Identificação de demandas repetitivas ou predatórias.	3.845	1.800	2.823	9.524	18	B
54 - Disponibilização do Chat GPT Corporativo.	3.356	2.300	2.828	9.009	16	C
55 - Revisão dos fluxos do PJE.	3.741	2.700	3.221	7.752	5	A
56 - ERP Gestão - Módulo RH.	2.651	2.600	2.626	8.130	21	C
61 - Extensão do AlphaJus para o PJe - julgamento temático.	3.873	1.800	2.837	8.333	15	B
62 - Utilização da tecnologia do AlphaJus para criação de mapeamento de processos suspeitos de litigância fraudulenta ou predatória.	4.023	1.800	2.912	7.246	12	B
64 - Consolidação da estrutura dos CEJUSC's nos sistemas processuais.	3.517	2.700	3.109	5.747	7	C
66 - Retomada da implantação de CEJUSC's no Estado.	4.268	2.300	3.284	7.407	4	A
67 - Mapeamento de processos de trabalho estratégicos.	2.822	2.100	2.461	6.803	31	D
69 - Fomentar, para pessoas vinculadas ao sistema carcerário, ações de cunho educativo, capacitação profissional e encaminhamento para o mercado formal de trabalho.	3.462	1.600	2.531	9.524	29	D
70 - Estruturar uma Rede Social de Habilidades.	2.908	2.800	2.854	6.803	14	C
73 - Implantar IA corporativa.	3.617	2.600	3.109	8.333	7	A
74 - Implantar plataforma de inovação.	3.079	2.000	2.540	9.804	28	D

O Secretário exemplificou uma iniciativa de cada um dos quadrantes e posteriormente passou a palavra à Coordenadora de Projetos e Processos, Cristina Cunha, para a apresentação da situação do Portfólio Estratégico em andamento.

11. Resumo Portfólio de Projetos Estratégicos

Cristina Cunha mostrou inicialmente a situação dos projetos do Plano Estratégico 2021-2026. No eixo temático + Acesso: 3 concluídos, nenhum ativo e 4 potenciais. No eixo + Eficiência: 5 concluídos, 1 ativo e 15 potenciais e no eixo

XXVIII REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXVIII RAE

+ Governança: 5 concluídos, 7 ativos e 17 potenciais. Em seguida a Coordenadora falou da situação do Portfólio de Projetos Estratégicos.

Sobre o **projeto Sintonia**, o Secretário Geral da Presidência, Franco Bahia, informou que nos próximos dias será publicada a composição do Grupo de Trabalho, que ainda estava pendente em razão da mudança significativas em algumas unidades, mas que os gestores da Coordenação dos Juizados Especiais, Corregedorias e Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e todos os demais que fazem parte do grupo receberão a solicitação para que indiquem representantes para sua composição e dessa maneira as atividades que estão programadas possam ser iniciadas conforme planejado no projeto.

12. Encerramento Projeto Autuar para Avançar – CGJ

Para apresentar o encerramento do **Projeto Autuar para Avançar – Meta 2**, Cristina Cunha anunciou Dra. Júnia Ribeiro. A magistrada cumprimentou a todos e registrou o seguinte:

Objetivo proposto: Atingir o percentual de cumprimento da Meta 2 (Julgar pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2019 no 1º grau.

Resultados alcançados: Atingimento do **maior percentual histórico de cumprimento da Meta 2**, qual seja 74,99%.

Benefícios verificados: Magistrados, servidores e estagiários motivados com o cumprimento da Meta 2.

Evolução do percentual de cumprimento da Meta 2 nas unidades.

Ações do Projeto: Criação da campanha “Autuar para avançar - Meta 2”.

Atualização do Guia de Incremento de Performance da Meta 2.

Acompanhamento do dashboard da Meta 2.

Acompanhamento das unidades judiciais com os menores percentuais de cumprimento da Meta 2.

13. Encerramento Projeto Equaliza TJBA – CAPG

O encerramento do **projeto Equaliza TJBA** foi apresentado pela servidora Marcela Rangel, com as seguintes informações:

Objetivo proposto: Desenvolver produtos e iniciativas voltados para a capacitação e gestão de unidades judiciárias, reunindo as informações, materiais e recursos em uma única plataforma eletrônica, disponibilizando-as no portal do Tribunal de Justiça (Portal do 1º Grau) tendo como público-alvo magistrados e servidores da 1ª instância, até dezembro de 2023.

Resultados alcançados (entrega dos produtos):

1. Guia Oriente TJBA (<https://www.tjba.jus.br/guiaorient/>)
2. Manuais de ferramentas de gestão: Pareto e Histograma
3. Mapeamento de rotinas e fluxos processuais, atrelados às capacitações cartorárias

XXVIII REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXVIII RAE

4. Capacitação em prática cartorária
5. Banco de modelos de atos judiciais
6. Banco de boas práticas do 1º grau

Benefícios verificados:

1. Redução do direcionamento de demandas de atribuição de outras áreas para a Diretoria de 1º Grau;
2. Difusão de conhecimento acerca dos procedimentos judiciais e administrativos para os servidores do 1º grau;
3. Fomento do mapeamento dos fluxos de trabalho para o 1º grau;
4. Estímulo ao compartilhamento das boas práticas aplicadas entre as unidades do TJBA;
5. Aproximar a Administração das unidades do 1º grau de jurisdição;
6. Estímulo à busca pelo aperfeiçoamento dos fluxos de trabalho.

Pedro Vivas deu continuidade às apresentações, anunciando as propostas de inclusão de iniciativas no Portfólio Estratégico para deliberação do Comitê de Governança. O Secretário explicou que algumas iniciativas foram analisadas na Semana da Estratégia, outras não. Entretanto, qualquer iniciativa, em qualquer RAE pode ser proposta para deliberação.

14. Proposta de Inclusão de Projeto Estratégico - “Eu Não Posso Esperar” – CCI

A primeira iniciativa apresentada foi priorizada na Semana da Estratégia e configurou-se no quadrante B (alto alinhamento e baixa complexidade), com alinhamento acima da média e complexidade, pontuação, valor e posicionamento no ranking abaixo da média. Para falar sobre a proposta do projeto “Eu não posso Esperar”, Pedro Vivas anunciou a Desa. Pilar Célia Tobio de Claro, que fez breve introdução ao projeto e passou a palavra ao juiz cooperador Dr. Valnei Mota Alves de Souza que apresentou o que segue:

Alinhamento Estratégico	M3 - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional
Ação Defendida	Criação do Comitê Estadual de Atenção à Pessoa Idosa
Justificativa	<p>Visa garantir o acesso à justiça à população idosa da Bahia, conforme a Resolução CNJ 520/2023.</p> <p>Necessidade de cumprimento da Resolução CNJ 520/2023.</p> <p>A criação de um Comitê Estadual multinível da Pessoa Idosa coordenará esforços para oferecer serviços especializados e capacitar equipes multidisciplinares, bem assim promover ações para o julgamento prioritário dos processos que envolvam pessoas idosas.</p> <p>Carência de serviços especializados ofertados por meio de equipes multidisciplinares capacitadas para pessoas idosas;</p> <p>Necessidade de priorização nos julgamentos dos processos que envolvam pessoas idosas</p>
Benefícios	<p>Efetivo cumprimento da Resolução CNJ 520/2023, que visa garantir a efetividade da prestação jurisdicional à pessoa idosa.</p> <p>Disponibilidade de serviços especializados por meio de equipes multidisciplinares capacitadas para pessoas idosas.</p> <p>Priorização nos julgamentos dos processos que envolvam pessoas idosas.</p>
Objetivo S.M.A.R.T.	Julgar até o final de 2024, no mínimo, 80% do acervo processual ajuizado até o ano de 2022 nesse segmento, proporcionando uma resposta rápida e eficaz aos anseios dos idosos que buscam justiça, bem assim estruturar setor de resolução de conflitos, sobretudo familiares, que envolvam pessoas idosas.
Custo Estimado	R\$ 350.000,00

XXVIII REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXVIII RAE

Ação Orçamentária	2001; 4050; 4085 (Encargos com pessoal ADM, 1º e 2º Graus)		
Patrocinadora	Desa. Pilar Célia Tobio de Claro	Demandante	Desa. Pilar Célia Tobio de Claro
Unidade De Negócio	Unidades Judiciárias e administrativas do Poder Judiciário da Bahia	Gerente Do Projeto	Isabela Burke Galrão Alves

- * A Presidente do TJBA, Desa. Cynthia Maria Pina Resende, colocou a proposta para deliberação do CGov, que, aprovou por unanimidade e sem ressalvas.

15. Proposta de Inclusão de Programa Estratégico - Ampliação de Nível dos Pontos de Inclusão Digital – PID – CAPG

O Projeto Ampliação de Nível dos Pontos de Inclusão Digital – PID foi apresentado pela Desa. Maria de Lourdes Pinho Medauar. Os seguintes itens foram mostrados:

Alinhamento Estratégico	M11 – Garantia dos Direitos Fundamentais		
Ação Defendida	Ampliação do Ponto de Inclusão Digital (PID) para o Nível 2		
Justificativa	O projeto de instalação de Pontos de Inclusão Digital tem como objetivo viabilizar o acesso à justiça e disponibilizar diversos serviços de utilidade pública para o cidadão, conferindo plenitude à cidadania nos pontos mais distantes. Está alinhado ao quanto estabelecido na Resolução nº 508/2023 do Conselho Nacional de Justiça. O trabalho de ampliação propiciará ao cidadão o acesso à justiça digital em pontos mais remotos e pessoas com maior dificuldade de acesso. Objetiva-se a assinatura de Termo de Cooperação Técnica com o Tribunal Regional do Trabalho e Defensoria Pública para melhoria do Nível de Serviço.		
Benefícios	Acesso à diversos ramos de justiça e serviços de utilidade pública para cidadão com restrição a rede mundial de computadores.		
Objetivo S.M.A.R.T.	Ampliação dos Nível de serviço dos 26 PID's implantados no Estado da Bahia, incluindo por meio de cooperação técnica os serviços do TRT e Defensoria para alcance do Nível 02 – nos termos da Resolução 508/23 do CNJ		
Custo Estimado	R\$ 26.334,24 (Os custos operacionais dos PID são assumidos pelas Prefeituras. Os custos de implantação do Projeto se limitam a despesa com pessoal, - estimativa)		
Ação Orçamentária	4050 (Encargos de pessoal 1º grau)		
Patrocinadora	Desa. Maria de Lourdes Pinho Medauar	Demandante	Thais Fonseca Felippi
Unidade De Negócio	Coordenadoria de Apoio ao Primeiro Grau de Jurisdição - CAPG	Gerente Do Projeto	Raquel Hilarião

- * A Presidente do TJBA, Desa. Cynthia Maria Pina Resende, colocou a proposta para deliberação do CGov, que, aprovou por unanimidade e sem ressalvas.

16. Proposta de Inclusão de Projeto Ampliação dos acordos de cooperação técnica nas execuções fiscais – CAPG

XXVIII REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXVIII RAE

A Coordenadoria de Apoio ao Primeiro Grau levou mais uma proposta para integrar o Portfólio Estratégico. A Des. Maria de Lourdes Medauar prosseguiu com a apresentação:

Alinhamento Estratégico	M3.4 –Reduzir a duração dos processos		
Ação Defendida	Ampliação dos Acordos de Cooperação Técnica nas Execuções Fiscais		
Justificativa	Os números relativos ao contencioso administrativo e judicial tributário brasileiro são impressionantes, abrangendo cerca de 75% do produto interno bruto do país em 2020. Além disso, o volume de litígios tributários é notável. O Diagnóstico revelou que a falta de cooperação entre os diversos atores envolvidos no sistema é um dos principais obstáculos a serem superados. É imperativo que haja integração efetiva entre as esferas administrativas e judiciais, juntamente com fortalecimento das relações com os contribuintes. Há poucos convênios de cooperação e compartilhamento de informações entre tribunais de justiça e tribunais regionais federais, advocacia pública e tribunais administrativos. O trabalho conjunto propiciará a automatização do fluxo de processos judiciais, com vistas à redução da litigiosidade, à difusão de políticas públicas de regularização fiscal, ao incremento da eficiência na recuperação de créditos inscritos em dívida ativa e à melhoria de outros processos de trabalho e fluxos relevantes.		
Benefícios	Reduzir a Taxa de Congestionamento das Unidades Fazendárias. Aumentar o percentual de cumprimento da Meta 5 do CNJ. Diminuir o acervo das Execuções Fiscais. Fomentar a cooperação entre as instituições. Estimular a utilização dos robôs nas unidades fazendárias. Incrementar a eficiência na prestação jurisdicional e na recuperação de créditos inscritos em dívida ativa		
Objetivo S.M.A.R.T.	Ampliação da adesão ao Acordo de Cooperação Técnica em 100% das comarcas que apresentem mais de um terço do acervo composto por processos de Execuções Fiscais, até dezembro de 2024.		
Custo Estimado	R\$ 965.712,00		
Ação Orçamentária	4050/4085(Encargos de Pessoal 1ºe 2º Graus) /5434 (Reforma de Unidades Judiciárias)		
Patrocinadora	Desa. Maria de Lourdes Pinho Medauar	Demandante	Thais Fonseca Felippi
Unidade De Negócio	Coordenadoria de Apoio ao Primeiro Grau de Jurisdição - CAPG	Gerente Do Projeto	Tainã Alcantara

Sobre os acordos, a Des. Maria de Lourdes Medauar ressaltou que não envolverão trabalho de secretarias e as sentenças serão apresentadas em modelo pelos juízes e lançadas pelo robô para assinatura, o que evitará o aumento de recursos. A magistrada ressaltou também que serão priorizados os maiores acervos.

- * A Presidente do TJBA, Des. Cynthia Maria Pina Resende, colocou a proposta para deliberação do CGov, que, aprovou por unanimidade e sem ressalvas.

17. Proposta de Inclusão de Projeto Boas-Vindas – Programa de formação Inicial para o servidor recém ingresso – UNICORP

O Des. Jatahy Júnior apresentou os seguintes itens acerca da proposta da Unicorp, ressaltando a relevante cooperação da Secretaria de Gestão de Pessoas, na pessoa da Secretária Viviane da Anunciação Souza Oliveira, bem como da Gerente do Projeto, Desirée Brandão Müller.

XXVIII REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXVIII RAE

Alinhamento Estratégico	M10 Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas (Macrodesafio); M10.6 Executar Plano de Capacitação (Objetivo Estratégico); M03 Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional; (Macrodesafio).		
Ação Defendida	Promover a formação inicial e adaptação do servidor recém-ingresso, com o intuito de qualificar os serviços prestados, reduzir o tempo de aprendizagem, impulsionar a produtividade das unidades, aumentar o grau de satisfação na prestação do serviço, estimular a busca pelo aperfeiçoamento dos fluxos de trabalho e, conseqüentemente, garantir mais eficiência e um serviço de excelência e acolher e ambientar os servidores, para que não se sintam desorientados e possam nutrir a sensação de pertencimento perante o PJBA.		
Justificativa	Nomeação de servidores com ausência de conhecimento básico relacionado à estrutura organizacional e judiciária; Necessidade de atendimento à Resolução CNJ n. 192, de 08 de maio de 2014; Falta de familiaridade com os normativos que regem o TJBA e com os direitos e deveres, além das rotinas das unidades e das ferramentas utilizadas; Necessidade de acolher e desenvolver as competências necessárias para o exercício das atividades inerentes às atribuições dos servidores.		
Benefícios	Melhorar a adaptação do servidor no ambiente de trabalho; Estimular o desenvolvimento das habilidades; Difundir conhecimento sobre os procedimentos judiciais e administrativos do TJBA; Aumentar a satisfação no desempenho das tarefas; Promover a aplicação da cultura do pertencimento à instituição.		
Objetivo S.M.A.R.T.	Desenvolver e implantar o programa Boas-Vindas para a promoção de curso de formação inicial, tendo como público-alvo os servidores recém-ingressos no Poder Judiciário do Estado da Bahia, até novembro de 2024		
Custo Estimado	R\$ 204.990,30		
Ação Orçamentária	2001(Encargos com pessoal ADM); 5438 (Capacitação de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário) e 2030 (Manutenção dos Serviços Técnico e Administrativo)		
Patrocinador	Des. Jatahy Júnior	Demandante	Viviane da Anunciação Souza Oliveira
Unidade De Negócio	Universidade Corporativa Min. Hermes Lima - UNICORP	Gerente Do Projeto	Desirée Brandão Müller

Produtos:

1. Aula Inaugural (Apresentação e Boas-Vindas)
2. Modulo Geral (Aulas que serão ofertadas para todos os servidores)
3. Módulos Locais
 - 3.1 Módulo - Área Administrativa
 - 3.2 Módulo - Área Judiciária
4. Avaliação de Desempenho do Cursista
5. Normatização do Programa pelo PJBA – SEGESP e UNICORP

* A Presidente do TJBA, Des. Cynthia Maria Pina Resende, parabenizou a iniciativa, ressaltando a importância de sua realização. Colocou então, a proposta para deliberação do CGov, que, aprovou por unanimidade e sem ressalvas.

Dra. Mônica Garrido, Consultora Jurídica do TJBA, acrescentou que o projeto, agora integrante do Portfólio Estratégico, será de fundamental importância para agregar ao novo Plano de Cargos e Salários dos servidores, pois neste, será necessária ao servidor recém ingresso a participação em curso de formação inicial com duração estimada de 120 horas.

XXVIII REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXVIII RAE

Pedro Vivas fez uma ressalva sobre a apresentação das propostas nas Reuniões de Análise da Estratégia. O Secretário informou que a quantidade de projetos aprovados na Semana da Estratégia foi maior que a quantidade de propostas apresentadas naquela RAE seja em razão de as áreas ainda não terem amadurecido suas ideias, ou ainda precisarem de mais tempo para apresentar as propostas com todos os itens necessários. Entretanto, além das RAE's ordinárias que são programadas para acontecer trimestralmente, a Presidente poderá convocar Reuniões extraordinárias com pauta apenas para deliberação de projetos, ou outro assunto que entenda ser convindo, a qualquer tempo.

18. Proposta de Inclusão de Projeto Laços Legais – CGJ

Pedro Vivas Explicou que a iniciativa foi categorizada na Semana da Estratégia no quadrante D, ou seja, possui um considerável alinhamento com a Estratégia e as Diretrizes da Gestão e uma Complexidade de realização baixa.

O Secretário passou a palavra para a Magistrada Dra. Júnia Ribeiro.

Dra. Júnia Ribeiro enfatizou que a iniciativa foi recomendação do Corregedor Geral da Justiça, Des. Roberto Frank, desde o início da Gestão para que houvesse um olhar mais atento às Varas de Família. A magistrada falou sobre os itens a seguir:

Alinhamento Estratégico	M2 – Fortalecimento da relação institucional do Poder Judiciário com a sociedade		
Ação Defendida	Promover a reestruturação, qualificação, humanização, celeridade e eficácia do atendimento institucional realizado nas varas de família e sucessões.		
Justificativa	Necessidade de espaço físico estruturado para realização do atendimento das partes; Carência de profissionais capacitados na realização de atendimento humanizado, efetivo e eficaz; Necessidade de equipe multidisciplinar especializada na análise das demandas inerentes às ações de família e sucessões		
Benefícios	Redução do tempo médio de atendimento ao público; Atendimento padronizado e efetivo; Espaço reservado para atendimento humanizado; Equipe multidisciplinar capacitada na realização de atendimento às partes.		
Objetivo S.M.A.R.T.	Promover, até maio de 2025: Reestruturação física do espaço de atendimento das varas de família e sucessões; Atendimento especializado e humanizado; Atendimento acolhedor realizado por equipe multidisciplinar; Disponibilidade de profissionais capacitados para análise e direcionamento das demandas		
Custo Estimado	R\$ 965.712,00		
Ação Orçamentária	4050/4085 (Encargos de pessoal 1º e 2º Graus) / 5434(Reforma de Unid. Judiciária)		
Patrocinador	Des. Roberto Maynard Frank	Demandante	Juíza Auxiliar Júnia Ribeiro Dias
Unidade De Negócio	Corregedoria Geral da Justiça	Gerente Do Projeto	Marielle Souza Ferreira

* A Presidente do TJBA, Des. Cynthia Maria Pina Resende, colocou a proposta para deliberação do CGov, que, aprovou por unanimidade e sem ressalvas.

XXVIII REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXVIII RAE

19. Proposta de Inclusão de Projeto Conecta Justiça – NCJ

Pedro Vivas Explicou que a iniciativa foi categorizada na Semana da Estratégia no quadrante D, ou seja, possui um baixo alinhamento com a Estratégia e as Diretrizes da Gestão e uma Complexidade de realização baixa.

Para a apresentação da iniciativa, o Secretário anunciou a magistrada Dra. Rita Ramos, Assessora Especial da Presidência.

Dra. Rita Ramos cumprimentou a Presidente do Cgov, em nome de quem saudou os demais participantes, especialmente à Coordenadora do Núcleo de Cooperação Judiciária, Des. Lisbete Maria Teixeira Almeida César Santos, e apresentou os itens do Projeto, como segue:

Alinhamento Estratégico	M1. Garantia dos Direitos Fundamentais M.1.4 - Aperfeiçoar o acesso à justiça		
Ação Defendida	Parceria com entidades públicas e privadas para compartilhamento da rede Wi-Fi com o cidadão local que não possua rede de internet própria.		
Justificativa	Necessidade de garantir o acesso à justiça para o cidadão, a fim de viabilizar o acesso aos sistemas digitais fornecidos pelo Poder Judiciário do Estado da Bahia, de forma mais ampla e inclusiva; Necessidade de promover o fortalecimento institucional do Poder Judiciário com a sociedade baiana, em especial no interior do Estado.		
Benefícios	Ampliar o acesso dos cidadãos aos serviços digitais fornecidos pelo TJBA; Aumentar a eficiência dos serviços judiciais; Fortalecimento da relação institucional do Poder Judiciário com a sociedade; Propiciar que a Justiça esteja ao alcance de todos os cidadãos; Otimização do tempo útil do servidor no exercício das suas funções.		
Objetivo S.M.A.R.T.	Estabelecer parceria com entidades públicas e privadas, a fim de viabilizar, de forma gratuita, o compartilhamento de rede wi-fi com o cidadão local que não possua conexão própria, promovendo a ampliação do acesso aos serviços digitais da Justiça Estadual, até março/2025.		
Custo Estimado	R\$ 17.619,57 (hora trabalhada dos servidores integrantes do Projeto).		
Ação Orçamentária	2001; 4050; 4085 (Encargos com pessoal ADM, 1º e 2º Graus)		
Patrocinador	Desa. Lisbete Maria Teixeira Almeida César Santos	Demandante	Juíza Rita Ramos
Unidade De Negócio	Assessoria Especial da Presidência II – Assuntos Institucionais	Gerente Do Projeto	Daisy Anne Bispo

Além dos itens apresentados, a magistrada também exibiu um vídeo explicativo sobre o projeto.

- * A Presidente do TJBA, Des. Cynthia Maria Pina Resende, colocou a proposta para deliberação do CGov, que, aprovou por unanimidade e sem ressalvas.

20. Proposta de Inclusão de Projeto Comunicação 360º – SGP

Pedro Vivas Explicou que a iniciativa foi categorizada na Semana da Estratégia no quadrante D, ou seja, possui um baixo alinhamento com a Estratégia e as Diretrizes da Gestão e uma Complexidade de realização baixa.

XXVIII REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXVIII RAE

A proposta foi apresentada pelo Secretário Geral da Presidência, Franco Bahia, conforme o que segue:

Alinhamento Estratégico	M2. Fortalecimento da Relação Institucional do Poder Judiciário com a Sociedade.		
Ação Defendida	Implementar processo de tecnologia voltado para Comunicação 360° com o intuito de melhorar a qualidade do serviço de atendimento ao público do Poder Judiciário da Bahia. Isso envolve aprimorar os sistemas digitais existentes, aumentar as opções de contato e acesso à informação para os usuários, e ampliar os canais de comunicação digital.		
Justificativa	A necessidade de enfrentar os desafios de um cenário onde as expectativas dos usuários por serviços públicos rápidos, eficientes e acessíveis digitalmente são crescentes. A oportunidade de modernizar a interface do PJBA com o seu público, usando tecnologias que facilitam o acesso a informações e serviços de forma integrada e contínua. Além disso, o aprimoramento da comunicação digital ajuda a melhorar a imagem e a transparência do órgão, reforçando sua capacidade de atender às necessidades da sociedade de maneira eficaz e adaptada aos novos hábitos de consumo de informação.		
Benefícios	Aumento da satisfação e eficiência no atendimento ao público, graças ao uso de tecnologia de informação avançada. Acesso mais ágil e eficaz aos serviços digitais e informações do PJBA; Fortalecimento da imagem institucional, melhorando sua comunicação e acessibilidade.		
Objetivo S.M.A.R.T.	Implantar a comunicação 360° no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia até abril de 2025.		
Custo Estimado	R\$ 10.042.068,40		
Ação Orçamentária	2002, 2034 e 2035 (Manutenção de Serviços de TIC)		
Patrocinador	Franco Bahia Karaoglan Mendes Borges Lima	Demandante	Moisés Bisesti de Queiroz
Unidade De Negócio	Assessoria de Comunicação Social	Gerente Do Projeto	Solon Flores Bessony de Sousa

O Secretário ressaltou que a proposta apresentada está em plena consonância com os projetos anteriormente apresentados: Ampliação dos Pontos de Inclusão Digital e Conecta Justiça, o que trará ainda maior contribuição para a melhoria da comunicação do Judiciário com a Sociedade.

- * A Presidente do TJBA, Des. Cynthia Maria Pina Resende, reforçou a importância da execução do projeto, em razão de a tecnologia já ser uma realidade em todos os Tribunais. Colocou a proposta para deliberação do CGov, que, aprovou por unanimidade e sem ressalvas.

21. Proposta de Inclusão do Plano de Obras – 2024/2026 – SEAD

Pedro Vivas Explicou que a iniciativa foi categorizada na Semana da Estratégia no quadrante D, ou seja, possui um baixo alinhamento com a Estratégia e as Diretrizes da Gestão e uma Complexidade de realização baixa. Além disso, acrescentou que pela primeira vez o Plano de Obras será acompanhado de forma projetizada, em que pese já tenha sido aprovado pelo Tribunal Pleno do TJBA.

Para apresentar o projeto, Pedro Vivas chamou o Secretário de Administração, Fabrício Nascimento, que falou sobre os itens seguintes:

Alinhamento Estratégico	M1 Garantia dos direitos fundamentais (Macrodesafio); M1.1 Ampliar a
--------------------------------	----------------------------------------------------------------------

XXVIII REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXVIII RAE

	acessibilidade; M1.2 Melhorar a infraestrutura das unidades do PJBA; M7 Promoção da sustentabilidade. (Macrodesafio).		
Ação Defendida	Promover a reforma/construção de todas as comarcas contempladas no Plano de Obras 2024/2026.		
Justificativa	Necessidade de realizar a manutenção periódica da infraestrutura de todos os fóruns do TJBA, com exceção daquelas que podem ser realizadas por meio das unidades gestoras, reside na importância de garantir a funcionalidade e a segurança desses espaços de maneira contínua.		
Benefícios	Priorizar a segurança dos usuários da infraestrutura; proporcionar conforto e a comodidade dos usuários, seja em termos de acessibilidade, iluminação, ventilação e outros; e garantir a acessibilidade de pessoas com deficiência, idosos ou qualquer pessoa com necessidades especiais.		
Objetivo S.M.A.R.T.	Promover intervenções de médio e pequeno porte em 38 comarcas do interior; Promover a construção de 13 novos fóruns; e Melhorar a acessibilidade arquitetônica nos edifícios do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.		
Custo Estimado	R\$ 423.202.356,91 (Biênio)		
Ação Orçamentária	5044 (Realização de serviços de acessibilidade e inclusão social); 5434 (Reforma de unidade judiciária do 1º grau); 5435 (Reforma de unidade judiciária do 2º grau); 5336 (Construção de unidade judiciária)		
Patrocinador	Fabício Nascimento Ferreira	Demandante	Wilian de Novaes Coutinho
Unidade De Negócio	Diretoria de Engenharia e Arquitetura - DEA	Gerente Do Projeto	Wilian de Novaes Coutinho

O 1º Vice-Presidente, Des. João Bosco de Oliveira Seixas, questionou acerca da melhoria dos espaços físicos existentes com o objetivo de modernização, como exemplo citou como desnecessária a utilização de armários de arquivo em papel, e a remoção desse tipo de mobiliário poderia melhorar as condições das estruturas.

O Secretário confirmou a retirada dos equipamentos e mobiliários que já não tem mais utilidade das unidades judiciárias, entretanto também informou que os espaços que já foram disponibilizados vêm sendo utilizados por outros serviços, como exemplo citou as salas passivas, as salas de depoimento especial, além de salas disponibilizadas para a OAB, Ministério Público e Defensoria Pública.

A Corregedora das Comarcas do Interior, Des. Pilar Célia Tobio de Claro, fez uma observação acerca das instalações das Corregedorias, que atualmente estão em espaços pequenos que, muitas vezes, dificulta o desenvolvimento dos serviços. A magistrada pediu uma atenção especial do Comitê de Governança quando da execução do Plano de Obras.

A Presidente acatou a sugestão e acrescentou outras propostas que podem ser analisadas tais como ampliação dos prédios já existentes e mudança de setores de prédios.

O Secretário de Administração informou que há o projeto de construção do novo fórum criminal e o antigo prédio deverá ser aproveitado para a realocação de alguns setores, deixando assim mais espaços disponíveis no prédio sede.

O Corregedor Geral da Justiça, Des. Roberto Frank corroborou com a solicitação da Corregedora das Comarcas do Interior e acrescentou que, além da demanda física, as Corregedorias também são precarizadas no quantitativo de pessoal.

O Secretário de Administração informou que algumas alterações na estrutura física das Corregedorias iniciarão ainda no mês de maio, de forma a amenizar algumas questões.

XXVIII REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXVIII RAE

- * A Presidente do TJBA, Des. Cynthia Maria Pina Resende, colocou a proposta para deliberação do CGov, que, aprovou por unanimidade e sem ressalvas.

22. Proposta de Inclusão de Programa de Prevenção de Riscos Ocupacionais – SEGESP

Pedro Vivas Explicou que a iniciativa foi categorizada na Semana da Estratégia no quadrante D, ou seja, possui um baixo alinhamento com a Estratégia e as Diretrizes da Gestão e uma Complexidade de realização baixa.

A defesa da iniciativa foi feita pela Secretária de Gestão de Pessoas, Viviane da Anunciação Souza Oliveira, que falou sobre os itens que seguem:

Alinhamento Estratégico	M10 Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas; M10.3 Possuir programa de segurança, saúde e ambiente no trabalho.		
Ação Defendida	Objetiva incrementar a produtividade e reduzir o absenteísmo dos Magistrados e Servidores no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia - PJBA, por meio da promoção da qualidade de vida no trabalho nas esferas da Segurança e Ambiente de Trabalho. Para tanto, será implementado um conjunto de ações coordenadas a fim de prevenir doenças ocupacionais e acidentes de trabalho, além de garantir condições de trabalho seguras e saudáveis.		
Justificativa	A inexistência de um programa que abrange a Segurança no Ambiente de Trabalho, o lapso no cumprimento do macrodesafio M10.3 e da Resolução Nº 207 de 15/10/2015, juntamente com o aumento das exigências legais e fiscalização relacionados à Segurança do Trabalho, evidenciam a necessidade urgente de mapear os riscos aos quais os magistrados e servidores estão expostos. Além disso, é imprescindível a padronização de documentos e processos que envolvem Segurança no Ambiente de Trabalho, bem como a implementação de medidas preventivas para eliminação, minimização, avaliação e monitoramento dos riscos ocupacionais no Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.		
Benefícios	<ol style="list-style-type: none"> 1. Centralização de ações individuais a fim de serem consolidadas por meio de um programa que abrange a Segurança no Ambiente de Trabalho; 2. Cumprimento das disposições contidas na Resolução CNJ 207/2015; 3. Alinhamento com as diretrizes estabelecidas no item XII, do Decreto n. 167 de 2024; 4. Atendimento ao evento s-2240 do E-Social; 5. Implementação do mapeamento de processos que envolvem Segurança do Trabalho; 6. Criação e homologação de documentos padrões pertinentes a Segurança e Ambiente de Trabalho; 7. Ampliação do alcance das ações de Segurança do Trabalho de maneira isonômica para todo estado; 8. Redução do absenteísmo doença e ocorrência de acidentes e doenças ocupacionais dos magistrados e servidores. 		
Objetivo S.M.A.R.T.	Instituir Programa de Prevenção de Riscos Ocupacionais (PPRO) até dezembro de 2025.		
Custo Estimado	R\$424.092,37 - Envolvendo recursos humanos.		
Ação Orçamentária	2001 - Administração de Pessoal e Encargos.		
Patrocinador	Viviane da Anunciação Souza Oliveira	Demandante	Dr. Rogério Couto Tourinho
Unidade De Negócio	Coordenação de Saúde Ocupacional - COSOP	Gerente Do Projeto	Marcos Lage

XXVIII REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXVIII RAE

PRODUTOS:

1. Gerenciamento de Acidentes de Trabalho.
2. Emissão de Plano de Gestão de Resíduos de Serviço de Saúde (PGRSS).
3. Emissão de Laudos em Ergonomia.
4. Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO).
5. Realização de Treinamentos.
6. Elaboração de Plano de Atendimento a Emergência e Evacuação.
7. Elaboração de Mapa de Riscos Ocupacional.
8. Elaboração de Manual Descritivo de Programa.

A Secretária enfatizou que os riscos ocupacionais já vinham sendo mapeados, mas o projeto vem de forma a consolidar um Programa mais robusto.

- * A Presidente do TJBA, Desa. Cynthia Maria Pina Resende, colocou a proposta para deliberação do CGov, que, aprovou por unanimidade e sem ressalvas.

23. Proposta de Inclusão de Prosseguir - Programa de Preparação para Aposentadoria – SEGESP

A Secretária de Gestão de Pessoas prosseguiu com a apresentação com a proposta a seguir.

Alinhamento Estratégico	M10 Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas; M10.1 Promover a valorização de Magistrados e Servidores.		
Ação Defendida	Estruturar um programa de preparação para aposentadoria, que contemple magistrados e servidores, incluindo ações inovadoras como a instituição de núcleo especializado, programação pedagógica de aulas e palestras com periodicidade e carga horária mais robustas, além de regulamentação e cerimônia de jubileamento.		
Justificativa	Atender às diretrizes normativas estabelecidas pelas resoluções do CNJ nº 207/2015 e 526/2023; Necessidade de amparar o período de transição que antecede a aposentadoria, por meio de abordagem multidisciplinar que promova a conscientização, avaliação e planejamento do novo ciclo de vida; Atender ao objetivo de desenvolvimento sustentável da ONU (ODS) n. 3 “Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades”.		
Benefícios	Reduzir o impacto emocional e psicológico decorrentes do processo de aposentadoria; Valorizar os conhecimentos e experiência adquiridos pelos aposentados; Perpetuar a sensação de pertencimento aos Magistrados e Servidores do PJBA; Reconhecer a contribuição que os(as) profissionais dispensaram ao longo dos anos em favor do PJBA e os apoiar na transição para a aposentadoria;		
Objetivo S.M.A.R.T.	Implantar o Programa de Preparação para a Aposentadoria no Poder Judiciário do Estado da Bahia, tendo como público-alvo magistrados e servidores, destinado a amparar o período de transição que a antecede, por meio de abordagem multidisciplinar que promova a conscientização, avaliação e planejamento do novo ciclo de vida, até novembro de 2024.		
Custo Estimado	R\$185.000,00		
Ação Orçamentária	2001(Administração de Pessoal e Encargos) e 3538 (Capacitação)		
Patrocinador	Viviane da Anunciação Souza Oliveira	Demandante	Luís Alberto Teixeira de Melo
Unidade De Negócio	Coordenação de Assuntos Previdenciários - CPREV	Gerente Do Projeto	André José Silveira de Menezes

XXVIII REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXVIII RAE

- * A Presidente do TJBA, Des. Cynthia Maria Pina Resende, parabenizou a iniciativa da Secretaria de Gestão de Pessoas pois sabe-se que inúmeros magistrados e servidores, após a aposentadoria entram em processos de depressão, por não haver uma preparação para a nova condição. A Presidente entende ser de extrema valia a execução desse projeto. Colocou a proposta para deliberação do CGov, que, aprovou por unanimidade e sem ressalvas.

O Des. Paulo Alberto Nunes Chenaud parabenizou a iniciativa e sugeriu que, como presenciou em evento no Ministério Público, o TJBA entregasse algum símbolo de agradecimento pelos serviços prestados, tal como uma medalha.

A Secretária de Gestão de Pessoas respondeu que esse é um dos itens que fará parte do programa, que depois de instituído, fará parte dos procedimentos do TJBA quando da aposentadoria de magistrados e servidores.

24. Confirmação Calendário 2024

O Secretário Geral da Presidência, Franco Bahia, solicitou a palavra para, como membro do grupo de trabalho que monitora a arrecadação e o orçamento do Tribunal, mencionar a necessidade de um calendário específico para uma semana de custas remanescentes, pois essa ação prevê uma ação concentrada para a cobrança de custas remanescentes. E aí vai muito além do efeito arrecadatário imediato, mas também do fomento da cultura da cobrança de custas pois sabe-se que temos uma evasão muito grande decorrente da banalização da gratuidade judiciária. Além disso, o Secretário falou também da reestruturação da Central de Custas que está sendo feita. Dessa maneira, de forma a tornar essa semana parte do Calendário aprovado na XXVII RAE sendo realizada antes da Semana de Sentenças e Baixas.

Pedro Vivas apresentou o Calendário aprovado na RAE anterior e sugestão de alteração das datas das RAE's seguintes:

XXIX RAE – alterar de 18/06/2024 para 16/07/2024.

XXX RAE – alterar de 17/09/2024 para 15/10/2024.

Solicitou também a inclusão da Semana Estadual da Infância e da Adolescência para o período de 10 a 14/06/2024.

A proposta para a Semana de Custas Remanescentes de 19 a 23/08/2024.

Datas aprovadas pelo CGOV:

XXIX RAE – 15/07/2024 (segunda-feira pela manhã)

XXX RAE – 21/10/2024 (segunda-feira pela manhã)

XXXI RAE – 17/12/2024 (terça-feira pela manhã)

Semana de Saneamento de Dados – 13 a 17/05/2024

1ª Semana Estadual de Conciliação – 10 a 14/06/2024

1ª Semana de Sentenças e Baixas – 17 a 21/06/2024

Semana de Custas Remanescentes de 19 a 23/08/2024

XXVIII REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXVIII RAE

2ª Semana de Sentenças e Baixas – 16 a 20/09/2024

2ª Semana Estadual de Conciliação – 28/10 a 01/11/2024

Inclusão da Semana Estadual da Infância e da Adolescência – verificar com o Des. Emílio Salomão.

25. Encerramento

Pedro Vivas parabenizou a todas as unidades, pois esse foi o primeiro ano que todas as iniciativas enviadas estão com estimativa de custos. Deixou registrada a importância dessa evolução para a instituição nesse quesito.

A Presidente do CGov, Desa. Cynthia Maria Pina Resende agradeceu a todos e declarou encerrada a reunião.